

Ata nº 2.310, de 19 de fevereiro de 2018.

03ª Sessão Ordinária

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às dezenove horas no Plenário Pedro Lucas, reuniram-se os Vereadores sob a Presidência do Vereador Irineu Feier e secretariado pelo Vereador Ilário Relásio Bringmann. O presidente saudou os presentes nominalmente. O momento espiritual foi feito pelo Chefe de Secretaria Claudio Hack. O presidente colocou em discussão e votação a ata nº 2.308, de 15.02.2018, sendo essa aprovada por unanimidade.

NA MATÉRIA DE EXPEDIENTE

Lido Of. Nº 06, do Município de Três Coroas, solicitando Audiência Pública para a Saúde; Emenda nº 01, 19.02.2018, ao Projeto de Lei Municipal nº3.601, altera o art. 1º, inciso I.”.

NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE

O VEREADOR PEDRO SENIR FARENCENA saudou os presentes. Primeiramente ele gostaria de explanar sobre o projeto de lei municipal 3.601, referindo que no orçamento passado o Prefeito Municipal tinha direito ao uso de 50% do orçamento total como reserva de contingente, ou seja, uso livre através de decreto realizando abertura de crédito suplementar para realizações de pagamentos não previstos no orçamento, sem que houvesse necessidade de consultar a Câmara de Vereadores, ocorre que no entendimento da maioria dos Vereadores o percentual de 50% era relativamente alto, sendo assim, na época e de forma unânime esse percentual foi reduzido para 2%, o Vereador explica que o entendimento dos Vereadores é de que o Prefeito precisa sim de um recurso especial em caso de suprimento de alguma urgência não prevista no orçamento, todavia esse pode enviar a propositura em formato de projeto de lei para ser avaliado pelos Vereadores, e cita que estes esses estão aqui para trabalhar, ele refere que o Executivo “reclama” da demora com que a Câmara avalia os projetos, o que inviabiliza a ajuda nos casos urgentes, ou seja, o Vereador declara que o Prefeito teria argumentado que os Vereadores estariam com este percentual de 2% deixando a população correr risco de vida, entretanto no entendimento do Vereador o Prefeito vendo que existe realmente

a necessidade em atender determinada situação, deve mandar um projeto para a Câmara solicitando o recurso para supressão dessa necessidade, antes que haja uma manifestação judicial por parte dos interessados, e volta a frisar que os Vereadores estão aqui para trabalhar, eles comparecem uma vez por semana nas sessões, mas não deixam de trabalhar pela comunidade em tempo integral, esclarecendo que estão constantemente nos bairros atendendo as demandas da população, mas reconhece que este trabalho não é contabilizado mais que é o realmente essencial, declara ainda que os Vereadores podem de comum acordo reunir-se por outros dias na Câmara e não exclusivamente na Sessão Ordinária justamente para isso que existem as Sessões Extraordinárias, pois eles estão à disposição da comunidade e da Administração pública, ele faz referencia aos percentuais utilizados no uso da reserva livre de contingente em anos passados; 2015 – 26%; 2016 - 24%; 2017 – 13.70%, ou seja, a emenda proposta hoje pelos Vereadores altera o índice inicialmente aprovado de 2 % para 15%, justamente por entenderem que ela dará um “suporte” para o Prefeito para que esse possa utilizar em casos de extrema necessidade, e caso haja ocorrência de casos em que o percentual ultrapasse esses 15% os Vereadores estarão a trabalho da população e desta Casa Legislativa para avaliar cada caso, ele ressalta que não existem diferenças contra o Prefeito ou qualquer outra pessoa, mas por muitas vezes os Vereadores acabam por passar toda a autonomia para o Prefeito ficando a mercê dos mandos e desmandos desse, restando somente virem as Sessões para aprovarem atas e modificar leis sem fundamento, exemplificando que eles estão para manterem-se informados das demandas que tem a comunidade e de que forma essas população está sendo atendidas, ou seja, os Vereadores estarão a par de todas as situações que estão ocorrendo. Portanto os Vereadores em sua maioria e em entendimento propuseram a emenda dos 15%, a qual eles esperam que seja aprovada, ele ainda, indica que a emenda foi proposta porque o Projeto de Lei proposto pelo Poder Executivo, trata do aumento de 2% para 50% do contingente livre, o que não satisfaz a grande maioria dos Vereadores. Ele refere que até o momento o Poder Executivo não se manifestou com relação à questão do estacionamento no centro da cidade,

ele relembra que foi solicitada a implantação de estacionamento rotativo (faixa azul) nos principais pontos no entorno do centro da cidade para que o estacionamento dos veículos vindos dos bairros mais distantes e do interior do Município fosse facilitado, principalmente para serviços rápidos como bancos, correios e outros serviços, ele salienta que isso facilitaria muito as atividades da comunidade, enfatiza que ainda existem outras questões importantes no centro da cidade relacionada a esse assunto, e solicita ao líder de bancada do partido da situação que traga algum posicionamento da Administração até essa Casa Legislativa, naquilo que se refere a esses problemas de trânsito enfrentados nas principais vias centrais do Município. Agradece a presença de todos.

O VEREADOR ILÁRIO RELÁSIO BRINGMANN saudou os presentes. Inicia parabenizando os organizadores do evento de futsal, que ocorreu no último final de semana no Município, declarando que o evento foi muito bem organizado e deixando a todos muito orgulhosos, enfatiza a presença do técnico da seleção brasileira de futsal, assim como alguns jogadores, além do comparecimento em massa do público, o Vereador acredita que tenha sido registrada em torno de 5 mil pessoas nos dois dias de evento, reiterando a parabenização ao evento “Três Coroas Futsal”, deixando ainda que os competidores tenham muito sucesso na competição “série bronze” que ainda irão disputar a partir de abril. Com relação ao comentário do colega Vereador Pedro, ele refere que realmente a cidade de Parobé resolveu o problema do trânsito, todavia o comércio também foi prejudicado, ele exemplifica comenta que trabalha todas as terças-feiras no Município de Parobé e, que realmente não se tem problemas para estacionar, mas em contrapartida o comércio local também foi prejudicado, pois o movimento diminuiu muito, diante disso ele acredita que é preciso haver antes de qualquer coisa um estudo de viabilidade antes da implementação de qualquer espécie de estacionamento pago, ele concorda que o problema precisa de uma solução, mas precisa ser algo bem planejado, ressaltando que o profissional Engenheiro de trânsito contratado trata-se de uma pessoa extremamente qualificada e, que desenvolveu um projeto de muita qualidade, porém o projeto atualmente encontra-se em

Brasília/DF, pois requer disponibilização de uma verba federal para que seja concretizado, uma vez que o Município não dispõe de recursos próprios para a implantação deste, ele informa que não possui informações concretas sobre o tempo que levará para o recurso ser liberado, porém o processo já está em andamento. Com relação aos DECKS, assunto comentado na última sessão, o Vereador foi informado de que está sendo realizada uma licitação para que seja resolvido o problema, pois ele concorda que situação está bem complicada no local, principalmente referente à manutenção, consertos e conservação do local, mas ele ressalta que o problema será solucionado em breve. Em relação à situação do hospital o Vereador explica que algumas normas estão sendo modificadas, principalmente com relação às internações hospitalares pelo SUS, ele identifica isso como um “desganho” da sociedade, um retrocesso para a saúde pública, e, ressalta que não está defendendo A ou B, está apenas, mas vê isso como um problema, pois hoje o hospital do Município não dispõe, por exemplo, da especialidade de cardiologista, ele refere que durante várias vezes ao utilizar essa tribuna ao longo do ano passado, identificou que houve muitas melhorias e não deixou de citar todas, deixa claro que não está criticando o hospital em si, mas apenas fazendo uma breve crítica construtiva da situação, ainda, ele volta a citar que em sua opinião o setor de saúde no Município está andando para trás e quem perde com isso é a comunidade, diz que politicamente também se perde, e, que talvez o hospital tenham o ganho de “alguns” reais, mas ele reflete que o “custo” disso pode acabar sendo muito maior, referendo que existem clínicas médicas na cidade que possuem convênios com várias fábricas, exemplifica; o cidadão fica doente no período de serviço, tendo o convenio com a clínica ele vai a clínica, assim não onera os serviços dos postos de saúde, porque esse paga por um convênio juntamente com a empresa para a qual trabalha, ocorre que esse mesmo empregado necessite de uma internação hospitalar pelo SUS, o que hoje pelo Município após a implementação das novas normas, ele não iria conseguir, ou seja, determinados médicos não iriam conseguir realizar o procedimento de internação deste paciente, diante do exemplo o Vereador observa a urgente necessidade em rever aspectos dessas novas normas, ele

refere que se for realmente necessário que seja mantida, ele compreende mais pede que a pessoa responsável por essa decisão viesse até esta Casa Legislativa e explica-se o porquê disso para o Vereadores e para toda a comunidade trescoreense. Agradece a presença desejando uma ótima semana a todos.

O VEREADOR ROQUE WERNER saudou os presentes. Inicia explanando sobre o evento de futsal ocorrido no ultimo final de semana do Município, identificando que nem sempre um técnico de seleção brasileira encontra-se disponível para estar presente em um evento, fazendo um trocadilho diz; “o Senhor Marquinhos Xavier é o Tite do futsal”, e esteve presente no Município no ultimo final de semana no ginásio municipal acompanhado de parte da sua equipe da CBF, ele aproveita o ensejo para parabenizar a Prefeitura Municipal pela organização e patrocínio do evento, e principalmente o Sr. Pereirinha pela equipe de futsal de Três Coroas, além de agradecer a todas as demais empresas que ajudaram a organizar, apoiar e patrocinar este belíssimo espetáculo. Sobre o projeto que se refere à suplementação financeira do orçamento, a Vereadora diz que; para poder suplementar este precisa estar orçado, ou seja, não é despesa nova, portanto suplementação é um suplemento daquilo que já está previsto, citando que no final do ano de 2017, eles, os vereadores, todos em conjunto de forma unanime aprovaram uma emenda no projeto de orçamento em que baixavam o índice de suplementação para o percentual de 2% ocorre que agora os Vereadores começam a se sensibilizar e estão propondo nova emenda que eleva de 2 para 15% o percentual para suplementação, todavia ele como Vereador defende ainda que, o orçamento que foi elaborado para o ano de 2018 foi feito com a garantia e expectativa de se poder suplementar o percentual de 50% assim como ocorreu com todos os Prefeitos anteriores, ele vê essa medida de redução de percentual como sendo muito drástica para ocorrer de um ano para o outro, ou seja, reduzir de 50 para 15%, uma vez que todos eles novamente de forma unanime reconheceram que 2% é um percentual realmente muito baixo e inviável para a administração pública, assim como foi referido em uma reunião precedida pelo Prefeito com todos os seus Secretários e Vereadores, ele

acredita que essa emenda que propõem os 15% burocratiza em muito a administração pública, porque com isso são necessários mais projetos de leis, mais custos com papeis, mais profissionais para desempenharem estes serviços, além de correr-se o risco em atrasar alguns serviços e obras, ele exemplifica; refere que lidou muitos anos com a questão do transporte escolar das escolas municipais, se, por exemplo, amanhã estraga o motor de um micro ônibus escolar do Município, o veículo vai para a oficina para que se faça o orçamento do conserto, ocorre no exemplo, que o valor para o conserto do veículo seja superior ao previsto no orçamento, enfatizando que os valores propostos no orçamento são apenas previsões e não certezas, retomando o exemplo, nesse caso em concreto, a administração municipal não poderia autorizar o serviço do conserto do veículo porque nesse caso primeiro a Prefeitura Municipal teria que elaborar um projeto de lei que seria enviado para a Câmara para aprovação, que no entendimento dele com certeza seria aprovado, portanto ele refere que não há necessidade em se fazer várias aprovações que já podem ser feitas através da aprovação do orçamento inicial com um percentual maior, e retoma novamente o exemplo, concluindo que no caso em específico usado como exemplo as crianças ficariam sem o transporte escolar ou teria que se contratar outro veículo para realizar esse transporte, todo esse processo atrasaria em no mínimo uma semana e meio dos serviços prestados, de igual maneira ele refere o exemplo de uma ambulância, de uma patrula, ou de qualquer outro veículo que venha a estragar e necessite de consertos, ele refere que tudo isso são hipóteses de problemas que podem vir a ocorrer e que seriam brevemente solucionados de forma mais ágil se o percentual oferecido de suplementação fosse maior, voltando a frisar que todas essas são situações que atrasam e burocratizam a administração pública, portanto diante de todo o exposto ele solicita a todos os demais colegas Vereadores que gostaria que para o ano de 2018 fosse aprovado o percentual de 50% para suplementação, visto que ao final do ano de 2018 a equipe do Poder Executivo responsável pelo desenvolvimento do orçamento faria um orçamento mais ajustado a um menor percentual, pensando na possível redução gradual do índice de suplementação, ou seja, a cada ano reduzirem-se

em torno de 10%, ficando 2018 – 50%; 2019 – 40%; 2020 – 30% e assim gradativamente, dando oportunidade para que a equipe que desenvolve o orçamento pudesse então desenvolvê-lo de forma a ir ajustando-o de acordo com a redução do percentual do índice de suplementação, ele refere ser este um apelo que ele faz, pedindo que os demais Colegas sejam sensíveis aos argumentos dele referindo também os argumentos usados pelo Colega Vereador Pedro, com relação à situação da saúde que não prevê espera, ou seja, os problemas de saúde precisam de solução imediata, mas é sabedor de que mesmo em casos urgentes a burocratização da administração pública torna-a muito lenta, muito burocrática, e se eles como Vereadores ainda colaborarem para que a burocracia impere as pessoas serão cada dia mais prejudicadas por causa disso, e volta a solicitar que os colegas Vereadores reflitam e percebam que as reduções precisam ser feitas de forma gradativas. Comunica que hoje se iniciaram as aulas nas escolas municipais para a pré-escola e ensino fundamental, informando que hoje em Três Coroas regularmente matriculas no jardim e pré existem 370 (trezentas e setenta) crianças, nas creches municipais 712 (setecentas e doze) mais ainda serão chamadas mais crianças até o final do mês, além das 355 (trezentas e cinquenta e cinco) vagas compradas nas creches particulares; no ensino fundamental do 1º ao 5º ano 1658 (mil seiscentas e cinquenta e oito) crianças e do 6º ao 9º ano 1350 (mil trezentas e cinquenta), e no EJA (educação de jovens e adultos) tem-se 160 jovens e adultos matriculados; passa a informar o número de professores e outros profissionais; 95 (noventa e cinco) nas escolas de educação infantil; 256 (duzentos e cinquenta e seis) no ensino fundamental; 40 (quarenta) auxiliares de professores; 68 (sessenta e oito) serventes e 130 (cento e trinta) estagiários, ainda, foram distribuídos os kits de materiais escolares básicos para todas as crianças, ainda, informa que as escolas estaduais retornam as aulas na semana que vem sendo que algumas instituições irão oferecer somente turmas de 7º, 8º e 9º ano tendo 48 (quarenta e oito) crianças matriculadas, a escola estadual 12 de maio terá 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos matriculados no 8º, 9º anos, ensino médio e EJA, o Vereador explica que isso significa que o número de alunos

está diminuindo em Três Coroas, enquanto que o contrário acontece no numero de procura de vagas nas creches, mas no ensino fundamental onde 100% dos alunos são atendidos esse número diminuiu, ele cita um exemplo, em 2002 no Município havia 3422 (três mil quatrocentos e vinte e dois alunos no ensino fundamental, enquanto que hoje em 2018 tem-se 3091 (três mil e noventa e um);

Aparte Vereador Ilário Relásio Bringmann; reflete sobre a fala do colega que citou que na escola Augusto estão matriculados 48 alunos, e reflete que talvez fosse inviável manter a estrutura de uma escola inteira para atender 48 alunos, refletindo que talvez o ideal seria o remanejamento desses alunos para a escola 12 de maio.

Retomada a fala do Vereador Roque; refere que graças ao trabalho feito pela educação nos últimos anos a nível municipal, trabalho do qual o Vereador fez parte, as escolas municipais começaram a receber alunos do Estado, ou seja, alunos que saíram do Estado e migraram para o Município, com isso ocorre que a escola Augusto ficou apenas com o 7º, 8º e 9º ano, e com apenas 48 (quarenta e oito) alunos, enquanto que a escola 12 de maio ficou com o 8º e 9º ano, ou seja, daqui a três anos não haverá mais alunos do ensino fundamental do 8º ao 9º ano nas escolas estaduais, ou seja, estarão todos municipalizados, a escola Augusto foi notificada de que não deveria abrir novas turmas, séries novas, ou seja, a escola seria extinta aos poucos, ou até uma nova decisão do próximo governador eleito para assumir o Estado. Agradece a presença de todos.

O VEREADOR HILÁRIO ILUIR BEHLING saudou os presentes. Inicia explanado sobre a emenda feita ao projeto de lei municipal 3.601, observando que no seu entendimento, assim como a grande maioria dos colegas Vereadores chegaram ao consenso de aprovar o aumento do percentual de 2 para 15%, no restante ele enfatiza que todas as outras questões principalmente as relacionadas às contratações emergenciais como de médicos e professores sempre foram aprovadas por esta Casa Legislativa, portanto não será uma suplementação no que quer seja, desde que seja realmente necessária que essa Câmara não irá aprovar, enfatizando principalmente que quando se tratar

de algo urgente com certeza eles irão reunirem-se e aprovar a proposta. Lamenta não ter podido participar do torneio de futsal ocorrido no Município no último final de semana por motivo de saúde, aproveita o ensejo para relatar algo que o deixou bem preocupado, essa questão relacionada aos médicos que podem ou não realizar as internações hospitalares, questionando se isso está restrito aos médicos do hospital ou também abrangem os médicos dos postos de saúde, ressaltando que é preciso avaliar profundamente essa normativa, pois se isso realmente estiver ocorrendo e existir uma determinada lista de médicos autorizados a realizar internações de pacientes pelo no hospital local for verdadeira, essa é uma pauta de grande preocupação para todo o Município, observando que a população precisa estar ciente e bem informada de quais são os médicos que estão autorizados a realizar essas internações, até porque os serviços prestados pelo hospital não são de direito de uma ou duas pessoas e sim de todos os cidadãos, explana o Vereador, ele ainda evidencia que toda e qualquer pessoa que paga por uma consulta particular e realiza uma internação particular colabora para o “desafogamento” do SUS, tanto nos hospitais como nos postos de saúde, ele inclusive cita que contrário ao pensamento do Secretário de Saúde do Município, ele não vê o fechamento das empresas como o responsável pela sobrecarga na saúde pública, ele reconhece que o desemprego gera doenças e preocupações, mas atenta para o fato de que os planos de saúde também não estão prestando um serviço com a qualidade que os seus associados esperam, isso faz com que as pessoas deixem de ter seus planos particulares, quando esses não respondem as demandas, ele diz estar chocado e reforça seu pedido para que essa situação seja esclarecida o quanto antes e todas as informações importantes com relação a essas novas normativas hospitalares cheguem corretas até a população, aponta a necessidade urgente de que alguém esclareça exatamente o que está acontecendo, não somente para ele, os Vereadores, mas para toda a comunidade trescoreense. Com relação à situação das escolas, ou do baixo número de alunos matriculados, ele reflete que isso é natural, pois as famílias estão tendo menos filhos a cada ano, conseqüentemente estão ficando menores e com isso o número de crianças

em idade escolar acaba ficando reduzido a cada ano, mas diz que a grande preocupação nesse sentido é o bairro sander que possui toda a estrutura da escola Augusto Roennau, porém não irá mais oferecer turmas de ensino fundamental, ficando a localidade sem esta opção, ou seja, sem atender ao ensino fundamental, ele acredita que este assunto mereça uma atenção mais especial por parte deles. Retomando o assunto sobre o hospital, ele diz que é preciso avaliar as medidas que estão sendo tomadas, e declara que se no hospital a situação chegou a esse estado é preciso então rever alguns pontos importantes com relação aos repasses que são feitos a esse serviço, pessoalmente ele inclusive refere que quando precisou foi muito bem atendido pelo médico do plantão. Comunica a sua participação nas comemorações que marcaram o início do ano novo tibetano, evento ocorrido no templo budista no último domingo dia 18 de fevereiro. Elogia o grande número de munícipes presentes na sessão ordinária dessa noite, e diz que essa presença é muito importante, pois as votações são sempre de interesse da comunidade. Retoma a explanação sobre o projeto de lei municipal 3.601, declarando que esse foi aprovado com o percentual de 50% para suplementação, não há necessidade de existir Câmara de Vereadores no Município de Três Coroas, pois ele é franco em dizer que é muito importante que a população esteja ciente de que a Câmara de Vereadores desempenha suas funções e faz jus ao trabalho dos Vereadores, declarando desde já ser totalmente favorável a emenda dos 15% proposta, e acredita que isso é necessário para que os Vereadores possam mostrar ainda mais o seu trabalho, ressaltando que tudo aquilo que for importante para a comunidade será votado. Agradece a presença de todos.

A VEREADORA MARISA DA ROSA AZEVEDO saudou os presentes. Inicia explanando sobre o hospital, declarando que infelizmente nos meses de dezembro e janeiro houve muitas queixas contra o hospital, ela refere que os munícipes procuram por eles para relatar as queixas, ela diz ser franca que precisou ir até o hospital por duas vezes em dezembro e outras duas em janeiro, declarando que os serviços estavam indo muito bem mais que agora estariam apresentando problemas, relata um caso em especial de uma senhora que se queimou e teve os curativos realizados da maneira errada piorando

assim sua situação de saúde, refere que tem casos ali que precisam ser revistos, enfatiza que a Câmara sempre esteve aqui para aprovar os recursos destinados ao hospital, mas que esses recursos precisam ser fiscalizados uma vez que a Secretaria de Saúde é a responsável pela gestão do hospital e que tudo precisa ser acompanhado de perto para que se verifique o que está acontecendo, quanto à questão dos problemas das internações na Fundação Hospitalar Dr. Oswaldo Diesel ela diz, que este é um bem público de toda a comunidade, e acredita que quem realiza a consulta particular também tem o direito à internação pela fundação hospitalar local, nem que para isso seja necessário uma nova consulta com o médico credenciado do SUS para que possa fazer a internação ali, até porque a Fundação necessita de recursos vindos “de fora” e isso também se baseia no número de internações, além do fato da fundação dispor de poucas especialidades médicas, tendo as pessoas que buscar fora ou mesmo nas clínicas particulares existentes dentro do Município. Com relação ao sinal de TV digital dentro do Município, a Vereadora relata que a TV PAMPA transmitida pelo canal 27 já está a mais de dois meses fora do ar, referindo que pode ser um pequeno problema mais que ninguém até o momento resolveu, também o canal canção nova transmitido pelo 17. Com relação à informação que havia chegado aos Vereadores de que a Prefeitura estaria com o salário do profissional médico da Unidade de Saúde do bairro sander em atraso, a Vereadora diz que foi falado em audiência pública que isso é uma inverdade, ela própria defendeu e disse que todos os salários da Prefeitura Municipal estavam em dia consequentemente o dos médicos também está, sugerindo inclusive que se esse comentário partiu do próprio profissional que contra este deva ser instaurado processo administrativo, pois a prefeitura está com o salário de todos os funcionários em dia, enfatizando que na realidade isso não condiz com a verdade. Explana sobre a lei da carga e descarga vigente hoje no Município, mas refere que infelizmente desde que a lei foi criada ela não é cumprida, observando que se houvesse esse cumprimento já se teria um número maior de vagas de estacionamento no centro da cidade, principalmente se o horário previsto na lei para carga e descarga fosse cumprida, ela diz ser sabedora que a fiscalização do trânsito

cabe a Brigada Militar mais enfatiza que isso não vem sendo fiscalizado citando que a rua 12 de maio é um verdadeiro caos, pois esta possui estacionamento dos dois lados da rua, e comércios de grande circulação como grandes redes de lojas e supermercados, voltando a apontar que se o horário de carga e descarga dentro do Município fosse cumprido este problema em boa parte iria ser solucionado diz que essa é uma cobrança antiga desta Casa e que continuará em pauta para que seja cumprido. Em relação ao projeto de lei 3.601, a Vereadora manifesta-se da seguinte forma o projeto de lei que estima a receita e fixa as despesas para o ano de 2018 entrou nessa Casa em 30 de novembro, ocorre que em reunião com a maioria dos Vereadores chegou-se a este percentual de 2%, ela relembra que na época foi contra e desde aquele momento já defendeu que o percentual fosse de 5% mais como a maioria vence, este ficou definido na época em 2%, sendo esse o percentual definido, votado e aprovado no projeto de lei municipal 3.584, ocorre que foi recebido por essa Casa em 02 de fevereiro o projeto de lei municipal 3.601, que visa o aumento deste percentual de 2% para 50%, ou seja, o projeto solicita que seja dada uma maior autonomia nesse índice, os Vereadores em sua maioria reuniram-se novamente e chegaram ao percentual de 15%, na opinião dela a Câmara de Vereadores está aqui para ajudar o Prefeito e não para amordaçá-lo, em absoluto, mas ao mesmo tempo eles também não querem perder o direito de legislar e de fiscalizar, mas principalmente de analisar, discutir, deliberar e votar os projetos de lei do Poder Executivo, ela ainda refere que por vezes tem inclusive vergonha em dizer que as sessões da Câmara de Vereadores não duram 45 minutos enfatizando que se continuarem assim eles irão vir a Câmara somente para votar contratos emergenciais e atas, e relembra que ano passado tramitou nessa Câmara um projeto que previa que o Prefeito tivesse total autonomia sobre as contratações emergenciais, ou seja, essas não passariam mais pelo crivo do Poder Legislativo, esse projeto foi rejeitado e hoje em dia todas as contratações emergenciais passam pela aprovação desta Câmara, ela diz ser sabedora de que tudo isso é um processo burocrático mais é papel deles como Vereadores eleitos pelo povo, enfatizando que todo contrato emergencial que tramita nessa Câmara é aprovado, se entra

em regime de urgência geralmente é votado logo, portanto ela explica que eles chegaram aos 15% baseados em dados de uso registrados pelo Município, os quais ela refere a seguir; 2017 – 13.70%, destes 6.92 foram destinados à saúde, a Vereadora cita ainda que com esse percentual de 2% aprovado inicialmente daria para a administração trabalhar tranquilamente até maio de 2018 enfatizando que isso foi dito a ela por pessoas entendedoras de gestão pública, até porque eles pesquisaram um parâmetro, volta a enfatizar que eles estão aqui para ajudar a comunidade, sim, mas que eles também querem participar das decisões querem estar a par das ações que o Poder Executivo deseja fazer para a comunidade, admitindo que na realidade eles não desejam “dar uma carta branca” para o Prefeito, até porque na opinião dela os projetos precisam tramitar pela Câmara de Vereadores, refere que no projeto de lei 3.584 que dispõem sobre o orçamento em seu o artigo 8º declara; “insuficiência de dotações do grupo natureza da despesas 1; pagamento de despesas decorrentes de precários judiciais, amortizações, juros e encargos de dívida”; ou seja, o artigo 8 deixa o Prefeito com uma certa margem de autonomia já prevista em lei, portanto ela volta a frisar que eles estão aqui para ajudar o Prefeito, basta que ele trabalhe em conjunto com a Câmara de Vereadores, eles já fizeram o aumento do índice do percentual de 2 para 15%, ou seja, os Vereadores desejam apenas que os projetos passem pelo crivo da Câmara, afirmando que eles querem participar das decisões para que quando questionados pela população eles estarem a par de todas as situações. Agradece a presença de todos.

O VEREADOR JOÃO ALBERTO KUNZ saudou os presentes. Inicia explanando sobre o projeto de lei municipal 3.601, o Vereador manifesta-se declarando que eles se reuniram por diversas vezes para discutir o assunto em questão, avaliando que em comum acordo eles observam que deixar o Prefeito com total autonomia sobre todas as decisões relativas à suplementação das despesas, ou seja, manter o percentual de 50% não era o mais correto a ser feito, o percentual na opinião deles era muito alto, na época então eles entraram em um acordo e chegaram aos 2%, ele declara que pessoalmente até o presente momento ele mantém o entendimento dos 2%, todavia em respeito

dos demais colegas Vereadores, ele novamente em comum acordo chegaram ao percentual de 15% e propuseram isso através de emenda ao projeto de lei municipal 3.601, ele considera isso de suma importância, pois dá aos Vereadores a possibilidade de participar do governo trazendo mais transparência, pois do jeito que as sessões ordinárias vinham ocorrendo à situação estava ficando insustentável, cita que desde agosto de 2017 houveram sessões ordinárias em que ele solicitou encarecidamente que a Vereadora Marisa e o Vereador Pedro se manifestassem na tribuna para que sessão tivesse ao menos meia hora porque não havia um projeto se quer para votar, usando um termo popular o Vereador diz que eles estavam ali somente para “esquentar os bancos”, e ironiza dizendo que em breve os salários deles chegaram pelo correio, pois não haverá mais nada para fazer aqui nessa Câmara, diante de todo exposto ele declara que fica claro a razão pela qual os Vereadores optaram em não aprovar o percentual de suplementação em 50%, ainda, ele acredita que a população vai saber o que se passa, ele diz não entender tamanha preocupação por parte do colega Vereador Roque, e utiliza o exemplo do colega para explicar o seu entendimento, no caso usado pelo colega na questão do transporte escolar, ele refere por exemplo no problema do motor o conserto não será feito de um dia para o outro, necessitará de prazo explicando que durante o decorrer desse prazo o projeto de lei autorizando a suplementação poderá então ser confeccionado pelo Poder Executivo e votado pela Câmara sem que haja qualquer tipo de atraso por parte do Poder Legislativo, afirmando que isso não é desculpa para que seja aprovado o percentual absurdo de 50% em suplementação livre, não é desculpa para dizer que somente com os 50% é possível realizar um bom trabalho para a comunidade, pois os Vereadores também devem trabalho e respeito ao povo que os elegeu, honrar e respeitar cada voto que receberam na última eleição, diante de todos os argumentos expostos aqui o Vereador acredita que todos estão cientes do que estão fazendo, ainda, ele esclarece que jamais deixará de atender a população através de projetos de lei que visem atender as demandas da comunidade, assim como se achar necessário propor emendas a estes projetos que serão ainda mais benéficas ao bem da população. Com relação à

situação do hospital o Vereador manifesta-se declarando que quando havia em pauta projetos de lei que visavam o repasse de recursos para o hospital o Presidente da instituição estava presente em todas as sessões ordinárias desta Casa Legislativa, entretanto após terem sido aprovados todos os projetos para o interesse financeiro do hospital o então Presidente deixou de comparecer as sessões, ou como utilizou o termo o Vereador em sua fala, “o Presidente “sumiu” das sessões”, ele declara ser totalmente deselegante esta postura adotada pelo atual Presidente do hospital, porque ele compareceu para prestigiar as sessões da Câmara de Vereadores somente nas horas que lhe convinham. O Vereador manifesta com alegria o grande público presente, declarando que somente com a força e participação do povo que as coisas andam melhor, refere também a importante participação do atual Secretário de Saúde do Município, declarando que isso fortalece os laços e o entendimento sobre as ideias de cada um;

Aparte Vereador Pedro, solicita autorização para informar o percentual de três Municípios da região no que se refere sobre a autonomia de suplementação; Parobé não possui margem percentual, ou seja, o índice é de 0%, ou seja, o Prefeito depende totalmente do crivo do Legislativo; Igrejinha é de 25%, ressaltando o Vereador que mesmo o Prefeito tendo a maioria dos Vereadores de situação na Câmara sendo que são 8 dos 9 Vereadores eleitos; Taquara 15%.

Aparte Vereador Ilário, o Vereador manifesta-se declarando que é importante que a população leve em conta que no Município de Parobé os Vereadores são exclusivamente vereadores, ou seja, não possuem outros empregos, estão todos os dias na Câmara de Vereadores, ou seja, em Parobé os Vereadores são políticos o ano inteiro e em tempo integral, enquanto que os Vereadores aqui de Três Coroas são trabalhadores, possuem seus empregos e profissão comparecendo na Casa apenas uma vez na semana.

Retomada a fala do Vereador João, refere aos colegas que se ele precisar vir a Câmara de Vereadores todos os dias, ele vem declarando que foi eleito para trabalhar. Agradece a presença de todos.

NA ORDEM DO DIA

O Presidente colocou em discussão e votação o Ofício nº 06 do Poder Executivo e este foi aprovado pelos Vereadores, para a realização de Audiência Pública do 3º quadrimestre de 2017, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para o dia 26.02.2018, às 18:30min. Colocou em discussão a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 3.601, e o Vereador Roque Werner como líder da Bancada do PSD, solicitou vistas da Emenda e do Projeto de Lei nº 3.601, ficando então para o dia 26.02.2018. Não havendo mais nada a tratar o presidente convidou a todos para virem à próxima Sessão Ordinária dia 26.02.2018, e também às Audiências Públicas deste mesmo dia que começarão a partir das 18 horas e encerrou esta Sessão Ordinária. Três Coroas/RS, 19 de fevereiro de 2018.